

S  
UFRJ/IEI  
T0277

040013-0

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 277

TANCREDO NEVES E A TRANSIÇÃO  
CONCILIADA

Isabel de Assis Ribeiro de Oliveira

TEXTOS PARA DISCUSSÃO



Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Economia Industrial**

**Textos para Discussão**

**Tancredo Neves e a Transição Conciliada  
Isabel de Assis Ribeiro de Oliveira\***



43 - 016629

julho de 92

---

\*Professora Adjunta do Instituto de Economia Industrial/FEA - UFRJ.

Agradeço a Aluisio Teixeira, Elisa Reis, Jean Blondel, M. Lucia Werneck e à equipe do CPDOC as críticas à uma primeira versão deste artigo.



FEA - UFRJ  
 BIBLIOTECA  
 Data: 16/07/93  
 N.º Registro: 040013-0

S  
 UFRJ/IEI  
 TD 277  
 ms 94374

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de  
 Tancredo Neves e a transição conciliada/Isabel  
 Ribeiro de Oliveira. - - Rio de Janeiro: UFRJ/  
 IEI, 1992.  
 28p., 21cm. / Texto para discussão. IEI/UFRJ;  
 n.  
 1. Neves, Tancredo de Almeida. 2. Brasil - Es-  
 tado e Governo, 1985. I. Título. II. Série.

**Tancredo Neves e a Transição Conciliada**

*"Isso é que me levou a entrar na política  
 e só por isto eu estou na política até hoje.  
 Foi para tirar minha terra das escuras, da  
 escuridão que ela vivia."*

Tancredo Neves

*Introdução*

A sociedade brasileira conseguiu voltar a um regime civil de governo - depois de 21 anos de ditadura militar - quando Tancredo Neves, político atuante no cenário público desde 1934(1) foi eleito, em 1985, Presidente da República. Datando o início desta transição pela política de descompressão implementanda pelo Gen. Geisel (74 a 79) e seu final no momento em que Collor de Mello assume o comando da nação por voto universal direto em 1990, a eleição de Tancredo configura um ponto de inflexão significativo nesta trajetória. A instalação de um governo civil, cujo Presidente é eleito por Colégio Eleitoral razoavelmente representativo da sociedade política organizada permitirá, mesmo com a morte prematura de Tancredo, a execução de um trabalho de reforma institucional profunda, que redundará na instauração de um regime democrático de governo.

Meu interesse, com o presente artigo, é o de analisar o lugar que Tancredo Neves ocupou neste processo, cujas características macro-estruturais já foram devidamente trabalhadas pela literatura pertinente. Nela é razoavelmente consensual a utilização do termo - **transição pela transação** - para distinguir esta estória brasileira de outros casos contemporâneos de liberalização de regimes autoritários. Com isto pretende-se enfatizar o caráter negociado da transição, onde o regime autoritário não chega a ser derrotado pelas forças

que a ele se opõem mas antes transaciona com elas sua transformação, evitando assim seus dirigentes perda significativa do poder político que exercem. Este transito requer, minimamente, uma certa estruturação da **polis** que possibilite esta maneira de fazer política. Procurarei mostrar que, dadas as condições estruturais favoráveis, foi relevante a atuação de Tancredo como um grande líder conciliador. Assim, sustento que a centralidade conferida a Tancredo Neves numa das conjunturas críticas do caso brasileiro de transição democrática deveu-se à existência de afinidades eletivas entre o contexto valorativo que permeava o processo e sua práxis caracteristicamente conciliatória.

Com vistas a desenvolver este argumento o presente artigo está organizado em três sessões. Na primeira, dedico-me a expor o que entendo estar contido nesta idéia da conciliação. Na segunda sessão descrevo brevemente a transição política brasileira recente, enfatizando o contexto estrutural-valorativo que permite esta "transição pela transação". Na terceira sessão procuro mostrar que a centralidade de Tancredo Neves neste processo deveu-se a sua capacidade de exercitar com êxito a "política de conciliação". Finalmente, apresento de forma sucinta minhas conclusões.

### I. A Política da Conciliação

Justiniano José da Rocha, jornalista político do século passado, é o primeiro escritor brasileiro a tratar de forma sistemática da **conciliação**. Considerava êle que "na luta entre a autoridade e a liberdade, sucediam-se períodos de ação, de reação e, por fim, de transação", sendo este o momento em que se firma "**a conquista da civilização**". Prossegue Justiniano: "...chegado o momento em que a reação não pode mais progredir e que a ação revolucionária esmorece, cabe trazer os princípios que lutaram a um justo equilíbrio. A fase da transação é a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios". O fracasso aqui provoca

calamidades "a que depois não há sabedoria que possa acudir"(Rocha, 1956:163-4). Para Justiniano estes estadistas pressentiam e obedeciam a um movimento social, assim abandonando "suas posições de vencedores...(na) ... convicção íntima ...de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado... E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?"(pág.216). Estamos pois diante de uma concepção da conciliação tomada como pacto que se efetiva entre atores políticos, capaz de harmonizar princípios até então em conflito, e que tem sua possibilidade de realização precisamente quando as forças aí envolvidas perdem seu ímpeto transformador.

Será Tomás Nabuco, importante estadista do Império, quem irá precisar seu conteúdo, já então criticada a idéia de conciliação por ter um significado evasivo. Como nos relata Mercadante(1965), "a definição dava-a êle mesmo, interrogando: "Entre a conservação absoluta que vai até a inércia e o progresso precipitado, não pode haver uma conservação que, obedecendo ao espírito do tempo e da civilização, admita o progresso justificado pela experiência?"(pag.162). A conciliação **é esta transação, em nome de uma causa comum, ecleticamente sustentada, que permite encerrar um período de lutas estéreis**. Diante da eminência de ruptura do regime, o Visconde dirá estar persuadido de que "todos nós queremos a mesma cousa, estamos todos de boa fé, mas cheios de desconfianças uns dos outros..."(cf.Mercadante, pag.118). Nabuco explicita o caráter conservador - entendido aqui em seu sentido burkeano - do procedimento de resolução de conflito, acentuando o aspecto estéril do confronto cujo término será viabilizado pela conciliação.

A prática da conciliação acompanha a política brasileira desde então, mas o discurso conciliador deixou de ser apreciado há muito tempo. Com raras excessões, a conciliação foi sendo identificada como um mecanismo perverso utilizado pelas elites para inviabilizar a participação das massas na política, configurando-se assim uma rejeição moral ao tema.

De resto, a escassa literatura mais recente sobre a política de conciliação tende a sustentar esta interpretação. Caso extremo é o de Michel Debrun(1983), para quem a conciliação, definida como um “acordo entre atores igualmente poderosos com vistas a evitar confrontações custosas”, não passa, no Brasil, de mistificação. E isto porque aqui o acordo efetiva-se num contexto de assimetria, onde o ator mais poderoso, pela via da “conciliação”, consegue legitimar seu domínio transformando o ator menos poderoso em seu sócio caudatário. A “conciliação” permite assim o reforço do paternalismo que neutraliza os efeitos da dominação(pág.19). Ao que tudo indica, Debrun estaria mais propriamente falando da cooptação. Pois a cooptação é um sistema de participação política “hierarquicamente controlado que caracteriza a participação no poder como benefício ou favor”(cf.Schawrtzman; 1982:23). Não há dúvida de que a cooptação é fartamente exercitada no Brasil, mas ela não resulta de, antes favorece a prática da conciliação.

A extensa tese apresentada por José Honorio Rodrigues(1965) também conduz o leitor menos atento a uma rejeição desta tradição brasileira, que não obstante aqui é certificada como efetivamente existente. Para este autor a conciliação emergiria da própria **constituição** da nacionalidade brasileira, tendo os colonizadores portugueses preferido estabelecer um compromisso entre as culturas européia e indígena, antes que aniquilar a segunda pela força ou nela imergir inteiramente. Trata-se pois de uma tradição de mediação que adquire conteúdo mais propriamente político nas lutas que se seguem à Independência. É pela fórmula da conciliação que a elite agrária conservadora consegue a adesão das forças liberais que estariam prontas a aliar-se com o povo em prol de suas reformas. Rodrigues ressalta, portanto, o caráter **excludente** do procedimento. Podemos inferir daí que o que Justiniano e Nabuco percebem como exaustão do combate é visto por Rodrigues como momento que antecede sua eclosão, isto é, acirramento capaz de destruir as fronteiras pré-existentes, permitindo a introdução, na **polis**, de novos interesses e novos atores.

Não estou convencida da proveniência desta rejeição à política de conciliação com base em seu potencial excludente mistificador, isto é, em sua capacidade de fazer os excluídos do poder sentirem-se, ilusoriamente, dele partícipes. Ao contrário, penso que o princípio conciliatório pode ser tomado como tendo sido e ainda sendo uma das bases do consenso necessário à efetivação do regime democrático no Brasil. Paulo Mercadante(1965), por exemplo, encontra no contexto valorativo da sociedade política do Império que instituiu este procedimento uma ideologia onde as relações entre estado e sociedade são entendidas(romanticamente) como relações próprias a uma unidade orgânica, antes que de natureza contratual. Imbúida do formalismo jurídico, tal ideologia prescreve as transformações violentas e favorece a negociação entre as partes(2). Nada disso é antinômico ao princípio democrático, alternativamente reforçando, tal tipo de percepção da política, o princípio da tolerância, fundamental para o funcionamento regular da democracia liberal.

Tomando a política de conciliação como procedimento de resolução de conflito, proponho então que este seja entendido como um acordo que se efetiva entre segmentos divergentes da elite política que, não obstante convergem quanto a sua postura conservadora, eclética e legalista. Este acordo faz-se “acima” dos partidos, apelando-se para o interesse nacional e para o esquecimento de injúrias passadas. Assim entendida, a última grande conciliação brasileira efetivou-se sob comando de Tancredo Neves, num ponto crucial do processo de “abertura política”. Vejamos a seguir como isto se deu.

## II. Abertura Política

Como tem sido amplamente apontado pela literatura pertinente, o regime militar instalado no Brasil em 1964 não implicou em uma ruptura completa da ordem institucional vigente. A deposição de João Goulart, então Presidente da República, e a tomada do poder por uma “junta militar” visava a “normalização” das atividades políticas, que seriam

reconduzidas ao comando civil em aproximadamente dois anos, prazo legal para o término do mandato presidencial. Até lá teria sido feita a necessária "limpeza" da casa, através da cassação de mandatos, prisão de líderes radicais, eliminação de associações políticas e reforma institucional. Tal intuito encontrava respaldo na doutrina de segurança nacional, aceita pelos militares que assumiram o governo(3) e no tipo de liberalismo que norteava seus parceiros no âmbito civil. Aos olhos desta elite, o golpe era legitimado pela alegação de que a atuação de João Goulart esta sim, é que era ilegal. Um exemplo desta ilegalidade estaria na menção feita por Goulart, em praça pública, de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. No contexto de mobilização política de então, esta convocação era identificada como gesto de um revolucionário.

Esta ambiguidade frente a lei mantém-se visível no início do governo autoritário, para resolver-se no pólo do arbítrio no final de 1968. Mas reemergirá com a administração Geisel, favorecendo a transição legalista. Assim, vitorioso o Golpe, seus mentores buscaram respaldo legal, convocando um Congresso já expurgado para eleger Castello Branco (então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) para a Presidência da República. O apoio a ele conferido pela maioria dos representantes populares não foi entretanto legitimado por segmentos relevantes da sociedade, como revelaram os resultados das eleições para governador de 1965. A reação vem na forma de uma ato institucional que cria o bi-partidarismo, com a ARENA representando o Governo e o MDB a oposição. Dois anos depois, o movimento estudantil e operário é reativado, levando a cenas de confronto, nas principais cidades do país, entre jovens e policiais. A ambiguidade original se resolve então na adoção plena de um regime autoritário, que só faz enrijecer-se diante do início das atividades de guerrilha. Este movimento é prontamente exterminado e o país gozará por um tempo do "milagre brasileiro".

Liquidada toda forma de contestação por meios ilegais e fortalecido o MDB com as eleições de 1974, o intuito legalista original será retomado na administração Geisel na forma de

uma política de "abertura". Mas a reforma seria, decididamente, "lenta, gradual e segura", sob o controle de Geisel e de seus assessores(4).

As primeiras reformas institucionais de Geisel foram feitas antes das eleições de 1974, envolvendo um aumento do número de cadeiras no Congresso e a liberação dos meios de comunicação de massa para a propaganda partidária. Eliminou-se a sublegenda, artifício que permitia o convívio de facções heterogêneas num mesmo partido, com o intuito de aperfeiçoar a representação política. O resultado eleitoral foi amplamente positivo para o MDB(5), o que levou a novas reformas, já para as eleições municipais de 1976. O intuito aqui era o de ampliar a representação arenista, mas seu sucesso foi pequeno, se considerarmos que em 1966 ela contava com 50,5% do total de votos, passando para 40% em 1978(Soares, 1984: 44-45).

A transmissão do cargo presidencial para o General Figueiredo não implicou em descontinuidade do processo de "abertura"; no mesmo ano de sua posse efetiva-se reforma partidária visando a criação de um partido de centro, que reuniria políticos tanto da Arena quanto do MDB. Este partido - o Partido Popular - acabou por ser criado, mas fora do controle governamental, sob a liderança de Tancredo. A reação veio na forma de imposição de limites nos procedimentos eleitorais, inviabilizando coalisões partidárias, e portanto, o próprio PP. Sua chefia optou então pela dissolução do partido, retornando seus quadros ao MDB, agora com o nome mudado - também para atender requisitos da nova legislação - para PMDB. Por sua vez, a Arena foi transformada no PDS.

Se este tipo de casuímo não representava qualquer descontinuidade com o estilo de administração Geisel, não há dúvida de que Figueiredo não tinha a mesma competência que seu antecessor para controlar o processo de abertura. Em particular, não conseguiu deter a onda de terrorismo advinda dos setores mais radicais do exército, o que provocou a deserção do principal estrategista da descompressão, Gen. Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil. Figueiredo irá conduzir o processo contando apenas com o apoio difuso do PDS e de

parte da corporação militar que é o que lhe permite, por fim, alijar a linha dura do poder, em 1982.

Pode-se afirmar então que o regime militar foi razoavelmente fiel ao liberalismo da UDN no sentido de exercer a política autoritária sem abandonar o jurisdicção legal. Além disso, o fato de o regime autoritário ter sido relativamente brando em seus aspectos coercitivos, se comparado com outros regimes autoritários contemporâneos, produziu um grau menor de rejeição entre seus opositores. Neste sentido, configurava-se como força política passível de ser transformada por uma política conciliatória.

A instalação do governo civil, de uma certa forma, começa a ser preparada em 1982, por ocasião das eleições diretas para governo dos estados da federação e renovação do Congresso e das Assembléias Estaduais. O resultado eleitoral dá uma maioria para o PDS no Colégio Eleitoral(a ser composto pelo Congresso mais seis representantes do partido majoritário em cada estado), que detém 356 das 686 posições. Mas este partido perde a supremacia na Câmara, onde os partidos oposicionistas passam a deter 240 das 475 cadeiras. Configura-se pois um quadro de razoável empate.

Vejamos agora como processou-se a escolha dos candidatos. O PDS apresentou vários candidatos à sucessão de Figueiredo, mas este não conseguia definir-se por nenhum, deixando esta responsabilidade para o próprio partido. Paulo Maluf, deputado federal muito bem votado e ex-governador de São Paulo, posto a que surpreendentemente chegou por participar ativamente da convenção regional do PDS em 1978, repete a mesma proeza, só que agora a nível nacional. Usando dos mais diversos subterfúgios, consegue ser indicado candidato oficial, provocando com isto uma cisão no partido. Os descontentes formam a Frente Liberal, contando com 82 congressistas.

Inicialmente, o PMDB rejeita as eleições indiretas apresentando emenda contitucional, a emenda Dante de Oliveira, para cujo apoio desenvolve um movimento de massa, a Campanha das Diretas Já. A Campanha ganha as ruas,

passando o processo de abertura a ser incorporado pela sociedade civil, mas, por 22 votos, a emenda é derrotada no Congresso em 1984( sendo que 55 deputados do PDS votaram a seu favor). Tancredo, que já havia sido indicado candidato do PMDB e que nunca acreditou que a emenda fosse aprovada pelo Congresso, articula-se então com a "situação". Mas antes de apreciar a maneira como comanda esta conciliação cabe estabelecer as condições sociais de sua possibilidade. Para isto importa indicar a maneira pela qual a sociedade civil se estruturava, e como se articulava com as elites que em seu nome falavam.

Em termos gerais, a sociedade como um todo estava pressionando para a liberalização do regime, um tipo de pressão que se manifestava não apenas no apoio crescente aos partidos de oposição como nas atividades de instituições como a Associação de Imprensa, a Ordem dos Advogados, a Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores e intelectuais.

Mas se olharmos mais atentamente, veremos que o processo de abertura concernia a um segmento restrito da sociedade. Para a maior parte dos cidadãos, a atividade política é desempenhada fora do aparato formal e legal, como que num "mercado informal" da política. Associações de interesse as mais variadas funcionam de molde a que os indivíduos tenham acesso aos recursos públicos e influenciem as políticas governamentais sem serem submetidos a qualquer procedimento de prestação de contas

Sendo múltiplas as razões que levam a este tipo de estruturação da vida política, quero enfatizar apenas que é nesta informalidade que se efetivam as transações mais importantes entre a sociedade e o estado. Além de restrita, a dinâmica da polis caracteriza-se por alto nível de instabilidade, sujeita, apenas neste século, a cinco regimes de governo. Aceito que o regime democrático é aquele capaz de disseminar critérios universalistas para o acesso aos recursos públicos, torna-se evidente que esta instabilidade não apenas enfraquece a tendência ao crescimento desta polis como confere vigor ao setor "informal" da política.

Se por uma de suas próprias características - invisibilidade - torna-se difícil estabelecer o tamanho e a importância do setor informal, o mesmo não se aplica para o setor formal. Sendo "oficial e legal", as atividades políticas aí efetivam-se em associações políticas como os partidos e as corporações, sujeitas portanto a uma avaliação mais precisa. Com base na informação disponível, sustentaria que apenas 10% da população brasileira pertence a esta polis.

Vamos considerar este ponto mais cuidadosamente. A identificação partidária é um assunto que tem atraído razoável atenção dos analistas. Parece haver um consenso de que o padrão oscilatório de identificação resulta da descontinuidade no próprio sistema partidário, antes que de uma "incapacidade congênita" do eleitorado. Esta descontinuidade seria deliberadamente provocada pelo governo central, quando nas mãos das elites autoritárias, preocupadas com o controle da vida política. Intervenções no sistema partidário, envolvendo criação de novos partidos para substituir um sistema de representação tido como ameaçador aos desígnios estatais tornaram extremamente complicada a sedimentação das identidades. Não obstante, esta sedimentação delinea-se a cada vez que o sistema partidário adquire alguma estabilidade (cf. Campello de Souza, 1976; Lamounier e Meneghello, 1986; Diniz, 1989 e Lavareda, 1983). Seja como for, a filiação partidária da população tem sido sempre reduzidíssima, impingindo nisto também a estratégia adotada pelos partidos(6).

Pode-se considerar que a representação política nas sociedades modernas efetiva-se prioritariamente pelos canais corporativos, antes que por partidos. O argumento é o de que, submetidos a um processo de competição de massa, os partidos tornam-se ineficazes como instância de representação de interesses. Cabe então às associações funcionais cuidar desta representação. De fato, a proporção do total da população adulta filiada a sindicatos e associações profissionais é muito maior do que a proporção de filiados a partidos. No entanto, a razão desta associação não é de natureza política(7).

Esta maneira peculiar de representação política não deve ser tomada, entretanto, como mera "falta" ou "ausência" do padrão de representação moderno, mas como sua expressão em uma cultura política dada (cf. Faoro, 1958; Carvalho, 1987; Souza e Lamounier, 1990; O'Donnell: 1988, págs. 77/79). Se auscultarmos a representação do poder e da política que é feita por parte considerável da população, nota-se que há um desejo forte de justiça e uma idéia difusa de democracia não raro associa-se a este desejo. Mas a presunção dominante é a de que as mudanças são fruto da vontade dos membros da elite que efetivamente comprometem-se com os anseios populares. A isto associa-se o desconhecimento da mecânica do governo e nesta, dos mecanismos e processos que permitem a vocalização de seus anseios(8). De resto, a suposição de que os objetivos de governo devem obedecer a uma racionalidade substantiva, antes que a uma racionalidade limitada pelas regras e procedimentos formais (cf. Schwartzman, 1982:49) confere às elites enorme margem para resolução de seus conflitos.

De fato, a informação necessária para o funcionamento correto da **polis** é recurso escasso. Seja como resultado das condições miseráveis em que vive a maioria da população, sem acesso à educação, tempo e dinheiro necessários à obtenção e processamento da informação, seja o resultado de uma apatia generalizada que resulta da instabilidade quase crônica da vida política, o fato é que apenas um pequeno segmento da sociedade brasileira pode ser tido como politicamente informado(12). Mas a informação depende também da intensidade do interesse, ingrediente necessário para pagar seu custo. Os dados disponíveis sugerem entretanto que a política é basicamente tratada de forma diletante(13).

Sendo assunto sério para a conversação de poucos, a quem a grande maioria da sociedade delega seu próprio poder, golpes e restaurações procedem sem maiores complicações afora àquelas envolvidas para se chegar a um entendimento entre as diversas facções da elite, onde a estratégia da conciliação encontra usualmente solo fértil para efetivar-se.



### III. Tancredo e a transição conciliada

Antes de examinar o papel desempenhado por Tancredo no processo de liberalização cabe definir os principais traços de sua personalidade como homem público. Seja por socialização primária, seja pelo exercício de sua profissão de advogado, é inegável a fidelidade de Tancredo aos princípios legais. Exemplos conspícuos disto encontramos em sua defesa de Getúlio Vargas, quando armava-se golpe militar para sua derrubada em 1954, e na recusa em dar seu voto a Castello Branco logo após a instauração do regime militar em 1964.

Mas não provinha daí sua fama de excelente político. O que impressionava a todos que acompanhavam seu desempenho era a capacidade que tinha de solucionar conflitos aparentemente incontornáveis. Exerceu esta habilidade com maestria por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando as forças militares recusavam-se a aceitar a posse do vice-presidente, João Goulart, que no momento encontrava-se fora do país. De forma sucinta, o conflito estava posto nos seguintes termos: os militares só admitiam seguir a Constituição se houvesse a) alteração de regime, com a adoção do parlamentarismo; b) comportamento discreto de Goulart ao retornar ao país, evitando parar em Porto Alegre; c) disposição de Goulart em se afastar de Brizola, também líder popular gaúcho e seu cunhado. Goulart era presidencialista convicto e não tinha qualquer razão para não desejar dirigir-se ao povo, particularmente ao do seu estado natal, onde desembarcou, para consagrar-se como novo presidente.

Tancredo é chamado a mediar o conflito. Consegue convencer Goulart da conveniência de mudança de regime, comprometendo-se a, uma vez passada a tempestade, tratar do retorno do presidencialismo. E consegue convencer Geisel, então porta-voz dos militares, que Goulart teria aberto mão da companhia de Brizola (que de resto correspondia efetivamente ao desejo de Goulart) pelo direito de aparecer frente ao povo em Porto Alegre. Finalmente, Tancredo persuade a Goulart que seria mais sensato simplesmente acenar para a multidão, sob

risco de parecer acovardado fosse qual fosse o argumento a utilizar para explicar a aceitação de mudança de regime.

O impressionante é que Tancredo conseguia efetivamente satisfazer as partes, o que tornava sua figura mais e mais confiável. De fato, instaurado o parlamentarismo, Tancredo será o único primeiro-ministro capaz de organizar e manter um ministério por um período razoável de tempo; mas assim que pode engendra o plebiscito que irá levar o país de volta para o presidencialismo (cf. Archer, 1978; Nunes: 1988).

Outro traço marcante era sua flexibilidade nas associações políticas que fazia. No início de sua carreira, Tancredo aderiu, por conveniência política **stricto sensu**, ao PSD, partido da oligarquia situacionista, antes que à UDN, que, reunindo opositores ao Estado Novo era visto por ele como o partido liberal por excelência (Silva e Delgado, 1985: 118). Mais tarde, irá dizer que não se arrependeu da escolha feita: "O PSD era o partido da lucidez, da serenidade, incapaz de cultivar ódios ou desafetos permanentes. Suas portas sempre estiveram abertas para todos os tipo de composição, sendo um partido voltado para a conciliação" (Nunes, pag. 28). O desenrolar da história levou a que se tornasse rival de Magalhães Pinto, da UDN mineira. Mas quando Figueiredo anunciou o fim do sistema bipartidário, Tancredo não teve dificuldades em se aliar com seu "inimigo" para organizar o Partido Popular, que, conforme já assinalado, teve curtíssima duração.

Inicia sua campanha presidencial aliando-se com outro antigo udenista, Aureliano Chaves, então vice-presidente da República. Com êle faz o "pacto mineiro", acordo verbal segundo o qual ambos tentariam chegar a um nome que unisse o estado de Minas Gerais na sucessão presidencial (Nunes, pag. 70), já sabendo que Figueiredo não apoiaria Aureliano. Aproxima-se de outros representantes civis do regime militar, como Leitão de Abreu e Antônio Carlos Magalhães e seu nome será logo reconhecido como o nome da "unidade nacional". Participa da Campanha das Diretas, ciente de que seu sucesso estava comprometido devido a composição do Congresso. Derrotada a emenda Dante de Oliveira, organiza uma reunião com os

governadores cujo o resultado é a decisão de que a oposição competirá no âmbito do Colégio Eleitoral. Esta decisão será referendada em nova reunião de governadores, realizada agora na sede do governo de São Paulo. Fica clara a importância da “política dos governadores” na articulação do partido. Ulysses Guimarães, seu presidente, resiste a abandonar a estratégia original de eleições diretas para a presidência, mas, por fim, cede ao apelo de Tancredo que será então indicado candidato oficial.

Seu trânsito com os militares já estava razoavelmente garantido, conquistando inclusive discreto apoio do Gen. Geisel. A aceitação de seu nome pelos militares é cuidadosamente trabalhada (incluindo promessa de não investigar crimes progressos de tortura) e razoavelmente bem sucedida, se considerarmos que entre a campanha das diretas e sua eleição ocorrem inúmeras ações militares voltadas para a instabilização do processo, sob alegação de comprometimento de Tancredo com o comunismo (cf. Skidmore, 1988).

Associa-se agora Tancredo com Sarney e Marco Maciel, fazendo a Aliança Democrática, selado este pacto por um documento oficial que enfatiza a necessidade de uma conciliação nacional em torno de interesses supra-partidários. Aceita José Sarney, da antiga UDN, para compor a chapa como candidato a vice-presidente e conquista o apoio de Brizola, representante do “getulismo”. Os dois partidos comunistas existentes também irão compor a Aliança Democrática que, da oposição, passa a excluir então apenas o Partido dos Trabalhadores, cujos representantes recusaram-se a aceitar os termos da conciliação, por antidemocráticos e ilegítimos.

Contando com a adesão da maioria dos governadores eleitos em 1982(14) a Aliança Democrática é respaldado também pela sociedade política organizada(8). Conquista assim 400 dos 686 votos do colegio eleitoral, sendo Tancredo Neves eleito, com 75 anos de idade, Presidente da República.

Com as massas populares propriamente ditas o contato mais forte de Tancredo irá estabelecer-se no período de doença

e após sua morte. Aí ele encarnará a “esperança do povo” e se transformará, momentaneamente, em herói nacional (cf. Zaluar, 1985).

Presidente eleito, forma um ministério onde estão representadas as principais forças políticas do país, com excessão do PDS. A escolha do Ministro do Trabalho não deixa de ser um aceno ao Partido dos Trabalhadores, registrado e aceito por seus líderes.

Esta extraordinária capacidade em fazer composições políticas não era inteiramente pragmática. Tancredo insistiu sempre na idéia de que a conciliação da sociedade como um todo com base em um princípio legal de justiça pautava sua atuação. Identificando-se pessoalmente com a idéia - em suas palavras, “Tancredo, no dicionário dos nomes próprios quer dizer aquele que concilia, que contemporiza, que é paciente” - explora a conexão entre o espírito conciliador e a “mineiridade”.

Sustentando que a conciliação é algo que tem a ver com o coração, antes que com a razão (Silva e Delgado, 1985: pag. 112), dirá que “o político mineiro não é jamais um radical, seguindo ao contrário uma linha de ponderação, de tranquilidade e de firmeza nas decisões. Nossa tranquilidade deve-se ao fato de que vivemos em região montanhosa, que nos leva a meditação. Estamos mais perto do céu...”. Mas a conciliação não deve ser confundida com o conformismo, pois o mineiro é também um revolucionário (Silva e Delgado, 1985:104).

Chega ao ponto de especificar as razões sociológicas, psíquicas e históricas que dão conta deste caráter conciliador do espírito mineiro. Assim, sustenta Tancredo que o isolamento do Estado de Minas Gerais, devido a sua localização, levou o mineiro a uma condição mais reflexiva bem como a um processo mais balanceado de decisão. Preocupado com a segurança, evita conflitos e busca soluções que minimizem as fricções. Ao mesmo tempo, por ocupar uma posição de “centro gravitacional”, os mineiros são levados a um convívio afável com os vizinhos em todas as suas fronteiras. Isso não quer dizer que todo mineiro seja, por natureza, um conciliador, nem que só mineiros saibam conciliar. Assim, o próprio Vargas seria visto por ele como tendo

traços conciliadores, ainda que seu estilo de ação fosse claramente “gaucho” no ato firme, impetuoso e seguro” (Neves:1983).

A conciliação será o tema central de seu discurso como presidente eleito. Inicia dizendo que veio para mudar, evocando Tiradentes, herói mineiro do séc.XVIII: “Se todos assim decidirmos, poderemos transformar o Brasil em uma grande nação”. Expõe a seguir seu ideário, orientado para a integração do estado nacional e para a retomada do desenvolvimento econômico, a efetivar-se de forma autônoma. Enfatiza a importância de uma política social e da redistribuição da renda. Assim configurado o interesse coletivo, sustenta que sua obtenção requer a liberalização política - liberdade de imprensa, restauração dos poderes do legislativo, valorização dos partidos políticos, redemocratização e expansão dos direitos de cidadania.

A maneira como convoca a sociedade para o debate constitucional merece destaque: “Deveis, nos próximos meses discutir em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constitucional e lhes atribuir o mandato de redigir a Lei Fundamental do País. ... A Constituição ... é responsabilidade de todo o povo” ... O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique a capitulação, nem encontro morno dos antagonistas políticos em região de imobilismo e de apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais . ... (A) conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição para uma nova e permanente institucionalização do Estado”(14). Termina então afirmando que “...A conciliação se faz em torno de princípios e...rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste orientado para a continuação dos privilégios, para a manutenção da injustiça e ao enriquecimento sobre a fome” (Silva e Delgado, pags. 292/294).

Inequivocamente, seu discurso ecoa o Marquês de Paraná, para quem a conciliação “não é a política de pactos e transações, a política dos favores; a conciliação é a política dos princípios, a política que toma em consideração o direitos dos cidadãos e distribui justiça segundo o princípio da igualdade”(cf. Rodrigues, 1965:51). Herdeiro desta tradição, está presente no discurso de Tancredo o elogio da conciliação em sua acepção clássica, sem qualquer conotação excludente. Pois o que Tancredo está propondo como base do acordo consensual é a admissão de uma vida política não apenas liberal mas fundamentalmente democrática.

### Conclusões

O processo de liberalização aqui considerado parecia ser irreversível mesmo antes da emergência da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República. Esta afirmação funda-se, em termos admitidamente muito sintéticos, no fato de que a proposta de abertura conquistara o apoio das forças políticas organizadas e da opinião pública, sendo rejeitado por um segmento ínfimo da corporação militar.

Neste sentido, não cabe conceder a Tancredo Neves o título de um “líder transformador” ou herói, sendo mais bem caracterizado como “líder transacional” ou “administrador” da transição (cf. Blondel:1992). Sua qualidade específica só pode ser estabelecida se a análise de sua intervenção no processo de transição utilizar um foco com ângulo agudo.

Isto feito, evidencia-se a capacidade de Tancredo em acelerar o processo de liberalização, tornando irreversível não apenas a passagem do bastão para os civis como a reconstitucionalização do regime que ali se instaurava. Não bastasse isto, Tancredo certamente contribuiu para o revigoramento de dois valores centrais ao ideário liberal-democrático: a resolução **legal** dos conflitos e a **tolerância** para com os adversários políticos. A postulação destes valores pode derivar de perspectivas ideológicas as mais variadas. No caso de Tancredo, ela encontra seu berço na “política de conciliação”,

que se não chega a configurar-se como ideologia (no sentido que lhe confere Geertz, 1978), é mais do que uma simples "racionalização" do jogo do poder. Como procurei mostrar, há uma tradição conciliatória no Brasil que ressalta precisamente a confraternização e a condução (senão legal pelo menos) pacífica dos conflitos. Herdeiro desta tradição, Tancredo nunca teve qualquer pudor em ativá-la, tanto na prática quanto a nível do discurso.

Não tenho dúvida de que a "política da conciliação" pode efetivar-se com sucesso no Brasil porque encontra respaldo em sua estrutura de poder. De uma lado, esta estrutura comporta uma elite bastante coesa; por outro, exclui de seu núcleo vital a grande maioria da população brasileira. Circunstâncias como esta facilitam a nomeação do interesse comum bem como o esquecimento de injúrias passadas.

O momento da instalação de um governo civil poderia ter sido resolvido pela aglutinação de forças políticas radicais. Mas o fato é que tal aglutinação ali não se deu, e que certamente a maneira como Tancredo foi costurando sua aliança contribuiu para isto. Estes últimos sete anos comportaram uma vida política que se distingue pelo compromisso com a legalidade e pelo exercício, sem dúvida extenuante, da tolerância, tendo em vista não apenas o alargamento como a polarização efetivada no interior da **polis**. Se isto ainda deve ser tributado à sua liderança e se este seu legado fortalece ou não a consolidação democrática, é algo que a proximidade no tempo ainda não permite vislumbrar.

## Notas

1. Tancredo iniciou sua carreira política como vereador por sua cidade natal - São João d'El Rey - chegando rapidamente à presidência da Câmara Municipal. Com o golpe de 1937, retoma a prática de advocacia, para retornar ao cenário político em 45, quando adere ao recém criado Partido Social Democrata - PSD. Entre 1945 e 1964, a vida partidária estava estruturada em torno de três grandes partidos. Dois deles, o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, foram criados por Vargas estando o primeiro voltado para a representação da oligarquia tradicional e o segundo supostamente afinado com a força trabalhadora emergente. A oposição ficava por conta da União Democrática Nacional - UDN. Em 1950, Tancredo consegue ser eleito para a Câmara Federal, posição da qual se desliga em 53 para assumir a pasta da Fazenda, no segundo governo Vargas. Com o suicídio deste, Tancredo retorna a Minas Gerais e acaba por assumir a chefia da Secretaria de Finanças do Estado. Candidata-se sem sucesso ao Governo do Estado, em 1960.

A crise da renúncia de Jânio Quadros em 1961 traz Tancredo de volta para o cenário nacional, como Primeiro-Ministro. De lá, volta para o Congresso como Deputado Federal e irá filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro após a reforma partidária de 1966. Conquista, pela primeira vez em 78, uma votação expressiva (cerca de 1.000.000 de votos) para ocupar posição no Senado. Em 1982 realiza o sonho de governar seu estado natal. Finalmente, será eleito Presidente da República em 1984, por uma aliança partidária, mas não chega a exercer o cargo, morrendo a 21 de abril de 1985.

2. Escrevendo logo após o Golpe de 1964, Mercadante irá sustentar que este momento rompe definitivamente com a tradição conciliatória, tese que aqui contesto. Uma leitura interessante, ainda que apenas esboçada, do legalismo imbutido nesta tradição encontra-se em Guimarães (1991).

3. Para uma apresentação da doutrina ver Stepan, 1971. Esta interpretação não é consensual. Diversos autores sustentam a tese de que o regime militar que aos poucos instaurou-se no Brasil já estava de alguma forma planejado pelos que deram o golpe. Nas

controversias existentes, o caso mais interessante parece ser o de Stephan, que em sua análise da corporação militar brasileira de 1971, oferece esta mesma interpretação, compatível com a que aqui sustento, mas que no capítulo do livro que organiza com Linz irá afirmar que "despite frequent assertions by successive military governments of their intentions to prepare the way to civilian rule ... 1964 ... can be characterized as not merely a coup against a government but a breakdown of regime (page 110). Para uma leitura das diversas interpretações ver Alves, 1984; Diniz: 1985; Diniz e Boschi, 1989; Lafer, 1984; Melo, 1990; Mendes, 1966; Lamounier e Faria, 1981; Lavareda, 1989; Martins, 1983; Velasco e Cruz, 1966).

4. Os principais conselheiros de Geisel eram o Gen. Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella, Senador pela Arena.

5. O MDB conseguiu 16 das 22 cadeiras do Senado, obtendo 60% do voto popular, o que lhe permitiu também ocupar 44% das posições na Câmara de Deputados além de deter a maioria em 6 assembleias estaduais (Diniz, 1985).

6. Se tomarmos os dados da PNAD de 1988, veremos que menos de 5% de toda a população adulta, isto é, não mais que 2.000.000 pessoas estavam filiadas a partidos. Esta filiação está claramente associada com níveis de renda e exposição ao ensino formal (pag. 16). Em termos mais dinâmicos, os dados disponíveis para um período mais recente sugerem que de 1974 a 1982 a identificação partidária tornou-se bastante importante na definição do voto. No entanto, conforme Diniz e Boschi (1989), nas eleições de 1985 70% de seus entrevistados no Rio de Janeiro não se identificavam com qualquer partido, e praticamente para a mesma proporção o candidato era visto como muito mais importante do que o partido. Em um certo sentido, o mesmo padrão obtem-se com a pesquisa realizada por Muszynski e Mendes (1990) em São Paulo. A variável interveniente mais importante teria sido a reforma partidária de 1979. É claro que também não se pode desconsiderar a erosão do apelo dos partidos de oposição devido ao fato de terem começado a se mostrar como organizações governamentais, o que se iniciou precariamente em 1978, assim como o retorno, em 1982, dos

velhos líderes personalistas da política brasileira. Visto como instituição importante para a democracia, mas sempre alguém do desempenho esperado, o Congresso Nacional tem imagem pouco valorizada. Existe ainda um debate permanente sobre a natureza dos interesses que poderiam ser legitimamente representados por partidos. Ver, por exemplo, Schwartzman 1982:17, 18).

7. 20% da população adulta está filiada a estas instituições, mas a busca de representação de interesses engloba apenas 10% dos associados, contra 50% que se associam visando exclusivamente a assistência jurídica e de saúde (cf. IBGE)

8. É vasta a literatura sobre o tema (cf. Oliveira, 1989). A correta compreensão deste contexto é necessária para que adquira significado coerente resultados como os do survey realizado por Muzynski e Mendes (1990) que apontam para o fato de que 80% de seus entrevistados preferiam eleições diretas, apesar de 68% concordarem com a afirmação de que "o povo brasileiro não sabe votar".

9. Usando dados do IBGE, veremos que apenas 6.500.000 de brasileiros lêem jornais diariamente. De outra fonte temos que, comparados com os argentinos e os chilenos, apenas 20% dos brasileiros lêem o noticiário político, contra 51% dos primeiros e 49% dos segundos. Além disso, somente 46% dos brasileiros assistem ao noticiário televisivo pelos menos uma vez por semana, contra 70% dos argentinos e 68% dos chilenos (Musinsky e Mendes, 1990).

13. Ainda com base nos dados de Muszynski e Mendes, a política é importante para apenas 11% dos entrevistados em 1974, 1978 e 1982 - anos eleitorais da última fase do regime autoritário - apesar de tal proporção dobrar nos primeiros anos da Nova República. Mas já em 1988 a proporção da população que se ocupa com a política volta ao nível previamente estabelecido. Padrão similar é obtido em survey realizado em 1985 na cidade do Rio de Janeiro (Boschi e Diniz, 1989).

14. Para a relevância dos governadores na política brasileira ver Camargo, 1989:41). Pesquisa de opinião então realizada confere a

Tancredo a aprovação de cerca de 80% dos entrevistados (Nunes, pág. 80).

14. Tancredo efetivamente inicia a discussão de um "pacto social" que ficou na agenda política por longo tempo (ver sobre isto Oliveira, 1991). Em entrevista concedida já como Presidente eleito, deixa claro que o pacto será efetivado sob a coordenação do Ministro do Trabalho, envolvendo representantes do capital e do trabalho. (FSP, 3 de março de 1985).

*Bibliografia e Fontes*

- Alves, M. H. Moreira- **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** Petrópolis, Vozes, 1984.
- Archer, Renato - **Renato Archer** (depoimento), 1977/78, RJ, FGV/CPDOC, História Oral.
- Blondel, J. - **Leadership in Changing Societies**, (no prelo) 1992.
- Camargo, Aspasia - "As Dimensões da Crise" in Camargo e Diniz (org.) **Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República**, Iuperj/Vértice, RJ, 1989.
- Campello de Souza, M.C. - **Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930-1964**, São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- Debrun, M. - **A Conciliação**, Brasiliense, 1983.
- Diniz, Eli - "A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura" in **Dados**, vol.28, nº 3, 1985.
- \_\_\_\_\_"O Empresariado e a nova conjuntura" in Trindade, H. (org.) **Brasil em Perspectiva: Dilemas da Abertura Política no Brasil** - Porto Alegre, Ed. Sulina, 1982.
- \_\_\_\_\_"Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço histórico", **Dados**, vol.23, nº3, 1989 (323-340).
- \_\_\_\_ e Boschi, R. "A Consolidação Democrática no Brasil: Atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses" in Diniz et alli, **Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República**, Iuperj/Vértice, RJ, 1989.
- Guimarães, C. "Casuismo e Doutrinarismo" in **Cadernos de Conjuntura**, Iuperj, Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE - "Participação Político Social" - Vol. 2 e 3, 1990.

Lafer, Celso - "The Brazilian Political System: Trends and Perspectives" in **Government and Opposition (A Journal of Comparative Politics)**, vol.19, nº2, 1984.

Lamounier, Bolivar - **Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil**- RJ, Ed.Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_ e Faria, J. E. - **O Futuro da Abertura: Um Debate** - SP, Cortez Ed., 1981.

\_\_\_\_\_ e Meneghelo - **Partidos Políticos e Construção Democrática**, Brasiliense, 1986.

Lavareda, A. - "Governos, Partidos e Eleições segundo a opinião publica: O Brasil de 1989 comparado ao de 1964", **Dados**, vol.32, nº3, 1989 (341-362).

Martins, Luciano - "Le Régime Autoritaire Brésilien et la Libéralisation Politique", **Problemes d'Amérique Latine**, nº65, 1983.

Mendes, Candido - "Sistema político e modelos de poder no Brasil" in **DADOS**, vol.1, nº1, 1966(7-41).

Melo, Marcus A.B.C.- "A formação de Políticas Públicas e a transição democrática: o caso da política social" in **DADOS**, Vol.33, nº3, 1990(443-470).

Mercadante, Paulo - **A Consciência Conservadora no Brasil** - Ed. Saga, 1965.

Moisés, J. A. - "A Transição Política ou o longo percurso dentro do túnel" in **Ciencias Sociais Hoje**, 1985(8-35)12.

Neves, Tancredo - **Tancredo Neves(depoimento)** - RJ, FGV/CPDOC, História Oral.

Nunes, A. **Tancredo**, Nova Cultura, 1988.

O'Donnell, G., Schmitter, P. & Whitehead, L. - **Transitions from Authoritarian Rule - prospects for Democracy** - Jonh Hopkins U.P, 1986.

\_\_\_\_\_ **Transições do Autoritarismo :Conclusões**- Ed.Vértice, 19-

O'Donnell, G. e Reis, F.W. - **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**, Ed. Vertice, 1988.

Oliveira, I.A.R. - "Do Pacto Social ao Entendimento Nacional", **Texto para Discussão, IEI/FEA**, 1991.

\_\_\_\_\_ "O Imaginário Político do Trabalhador na Literatura Brasileira", **Texto para Discussão nº200, IEI/FEA**, 1989

Pereira, L. C. Bresser - "Seis interpretações sobre o Brasil", **Dados**, vol.25, nº3, 1982.

Reis, Elisa - "The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil" Ph.D. dissertation, **mimeo**, MIT, 1979.

Rocha, J. J. - "Ação, Reação, Transação - Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil" in Magalhães Jr., R. **Três Panfletarios do Segundo Reinado**, Brasiliense, SP, 1956.

Rodrigues, J. H. - **Conciliação e Reforma no Brasil**, Ed. Civ. Brasileira, 1965.

Santos, W.G. - "Liberalism in Brazil: Ideology and Praxis" in **Terms of Conflict**, Blackman, M(org.), ISHI, 1977.

Schwartzman, S. - **Bases do Autoritarismo Brasileiro**, Campus, RJ, 1982.

Selcher, W. - **Political Liberalization in Brazil**, Boulder, Westview Press, 1986.

Silva, V. A. e Delgado, L. - **Tancredo Neves: A trajetória de um liberal**, Vozes, 1985.

Skidmore, T. - **Brasil: De Castelo a Tancredo**, Paz e Terra, 1988.

Soares, Glaucio A. D. - **Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas** - Petrópolis, Vozes, 1984.

Stepan, A. - **The Military in Politics - Changing Patterns in Brazil** - Princeton, 19971.

- "Political Leadership and Regime Breakdown: Brazil" in Linz, J. & Stepan, A. - **The Breakdown of Democratic Regimes** - Jonh Hopkins, 1978.

- **Os Militares: da Abertura à Nova República**, Paz e Terra, 1986.

Velasco e Cruz, e Martins - "De Castello a Figueiredo: Uma incursão na Pré-História da Abertura" in Sorj e Tavares de Almeida (org.) - **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**, SP, Brasiliense, 1983.

Viola, Eduardo e Mainwaring, Scott - "Transitions to Democracy: Brazil and Argentina in the 1980", **working paper**, nº21, july, 1984, Kellog Institute, University of Notre Dame.

Zaluar, Alba - "Em Tancredo, cremos!" in **Comunicações do ISER**, ano 4, nº14, maio de 1985.

#### Periódicos

Jornal do Brasil, 16 de julho de 1981.

Estado de São Paulo - 20 de dezembro de 1985.

Gazeta Mercantil - 13 de março de 1985.

Folha de São Paulo - 13 de março de 1985.

O Globo - 12 de março de 1985.

SE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA

S  
UFRJ/IEI  
TD277

OLIVEIRA, ISABEL DE ASSIS RIBEIRO DE.

040013-0  
FEA

TANCREDO NEVES E A TRANSICAO  
CONCILIADA.